

oe



2022

ORÇAMENTO DO ESTADO

NOTA EXPLICATIVA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



ORÇAMENTO DO ESTADO

XXIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

© MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Av. Infante Santo, 2

1350-178 LISBOA

Índice

1. Orçamento para a Educação: recuperar aprendizagens, investir no futuro	iii
2. A continuidade de um percurso de reforma na educação	vii
3. Combater as desigualdades, recuperar da pandemia	xv
4. Melhorar as aprendizagens, investir no futuro	xviii
5. Qualificar os adultos	xxii
6. Orçamento do Estado 2022. Dotações iniciais.	xxv

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Evolução da Despesa Consolidada em Educação (M€).....	vi
Gráfico 2 - Taxa de transição/conclusão, no ensino básico, em Portugal (2011/12 a 2019/20)	viii
Gráfico 3 - Taxa de retenção e desistência, por ciclo de estudos no ensino básico, em Portugal (2011/12 a 2019/20)	viii
Gráfico 4 - Docentes em exercício de funções, por nível de ensino e ciclo de estudos, em Portugal (2011/12 a 2019/20)	ix
Gráfico 5 - Crianças e alunos matriculados/inscritos em Portugal (2011/12 a 2019/20).....	x
Gráfico 6 - Taxa de abandono precoce de educação e formação entre 2011 e 2021.	xiii
Gráfico 7 - Taxa de transição/conclusão, no ensino secundário, em Portugal (2011/12 a 2019/20).....	xiv
Gráfico 8 - Taxa de retenção e desistência no ensino secundário, por ano de escolaridade, em Portugal (2011/12 a 2019/20).....	xiv
Gráfico 9 - Número de turmas no ensino profissional - Continente (2011/12 a 2019/20)	xxi
Gráfico 10 - Rede de Centros Qualifica por ano (2017-2022)	xxiii
Gráfico 11 - N.º de Centros Qualifica por NUTS II em março de 2022	xxiv
Gráfico 12 - N.º de Centros Qualifica por Tipologia de Entidade Promotora	xxiv

Índice de tabelas

Tabela 1 – Plano de recuperação das aprendizagens 21 23 Escola+	xvi
Tabela 2 – Desenvolvimento de competências socioemocionais	xviii
Tabela 3 – Escola Digital – Investimentos	xix
Tabela 4 - Número de certificações totais por nível de qualificação (escolar, profissional e dupla), de janeiro de 2017 a março de 2022	xxiii

1. Orçamento para a Educação: recuperar aprendizagens, investir no futuro

O Programa Orçamental para a Educação é marcado pela ação e pela reação.

O orçamento age na continuidade de políticas de reforço da qualidade do sistema educativo, apostando na qualidade das aprendizagens para todos, numa visão de escola como instrumento de inclusão e de mobilidade social.

O orçamento reflete uma prioridade no desenvolvimento e consolidação de uma política educativa iniciada nos últimos anos que tem dado frutos na melhoria dos resultados, centrada numa reforma gradualista e incremental, construída de forma participada com as escolas, os professores e os alunos.

O reforço de autonomia das escolas naquele que é o cerne da sua atividade – o desenvolvimento curricular – tem contrastado com uma tradição centralista e atingiu o limite da sua eficácia na resposta concreta às necessidades específicas de cada território, de cada turma, de cada aluno. Deixar as escolas criar currículo e construir projetos educativos próprios, aliando a inovação a resultados, tem permitido dignificar e valorizar a escola pública, capaz de encontrar soluções e de propor formas de organização que influenciam novos instrumentos de trabalho, novas formas de desenhar políticas educativas.

O orçamento reage na constante observação da necessidade de responder aos desafios circunstanciais que mais têm abalado os sistemas educativos, de que se destacam os efeitos da pandemia. Num impacto sem precedentes nas últimas décadas, os anos de 2020 e 2021 levaram ao encerramento de escolas em todos o mundo. De acordo com a UNICEF, mais de 168 milhões de crianças

no mundo ficaram sem acesso a qualquer tipo de serviço educativo no primeiro ano da pandemia, estimando-se que cerca de 7 milhões não regressem à escola. Em Portugal, apesar de todas as dificuldades, a educação não parou. Com uma resiliência e capacidade de adaptação e entrega inexcedíveis por parte do conjunto dos trabalhadores das escolas e das famílias dos alunos, bem como de vários parceiros que se associaram à procura de soluções, as escolas fecharam, mas a educação não parou.

O Ministério da Educação, desde a primeira hora, apoiou as escolas no desenho de soluções, desde o imediato fornecimento de refeições e acolhimento aos alunos mais carenciados, à produção de orientações, formação e recursos de apoio para o desenvolvimento de ensino a distância. O site *Apoio às Escolas* - <https://apoioescolas.dge.mec.pt/> - constitui um instrumento dinâmico de concentração de instrumentos de apoio, com orientações para a organização das aulas, recursos pedagógicos digitais, recursos formativos para os docentes, materiais de apoio para os alunos e para as famílias, divulgação de plataformas e materiais produzidos pelas associações profissionais, partilha de práticas entre escolas.

O *#EstudoEmCasa* com os seus mais de 4 500 recursos educativos divulgados na televisão permitiu que aqueles alunos que não acediam a aulas por outros meios não deixassem de ter acesso à educação.

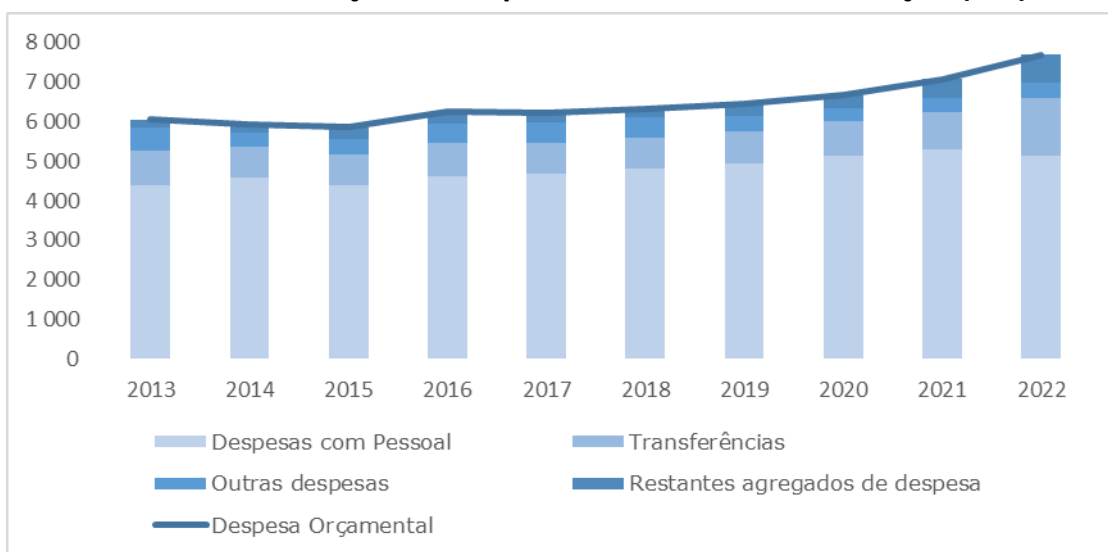
Não obstante todo este esforço e investimento, a pandemia trouxe prejuízo às aprendizagens e, sobretudo, agravou o fosso das desigualdades entre os alunos mais carenciados e os provenientes de contextos socioeconómicos mais favorecidos. O acesso a meios informáticos, as condições de apoio pelas famílias, a necessidade de apoio mais próximo, foi desigual, porque já era desigual. A escola aberta é um garante de nivelamento das desigualdades. A

escola fechada agravou-as. Por este motivo, o Orçamento do Estado de 2021 foi um primeiro instrumento para fazer face às consequências da pandemia e o Orçamento do Estado de 2022 continua e reage mais aprofundadamente ao combate às desigualdades através da educação. Esta é uma reação urgente e que requer respostas diferenciadas. Se o sistema educativo sofreu o maior abalo das últimas décadas, seria irresponsável assumir que basta retomar o percurso interrompido sem reforço ou recurso a novas formas de organização. Este orçamento dá resposta a novas necessidades, continuando um trabalho iniciado no ano letivo 2020-2021, que se marcava pela esperança dos efeitos da vacinação, mas sem o conhecimento do impacto de novas variantes do vírus e com novos confinamentos a acontecerem. Por este motivo, o plano de recuperação das aprendizagens *21/23 Escola+* foi implementado e elenca um conjunto de medidas não impositivas, mas antes alicerçadas na capacidade reconhecida às escolas de criarem soluções e de convocarem as ações e medidas que mais se lhes adequam. Para este plano são mobilizados recursos humanos e materiais, conjugando-os de forma consequente com o Plano de Recuperação e Resiliência, que permitirá uma resposta mais estruturada aos desafios presentes e aos futuros.

O Orçamento do Estado é, pois, um instrumento de reação às novas e emergentes necessidades de transformação do sistema educativo. Se, por um lado, não desiste do foco no combate às desigualdades, por outro lado apresenta-se como uma resposta a uma adequação do sistema educativo à transição digital, ao desenvolvimento das competências inscritas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* e à necessária modernização do Ensino Profissional para melhor responder à qualificação requerida pelas áreas estratégicas de desenvolvimento económico do país.

As fronteiras entre a ação e a reação não são estanques, carecendo de uma monitorização e avaliação constantes, sendo sobretudo necessário um investimento continuado que se traduz no presente orçamento num crescimento de 615,3M€ (8,7%) face a 2021 e num acréscimo de 1836,6M€ (31,4%) desde 2015.

Gráfico 1 - Evolução da Despesa Consolidada em Educação (M€)



Fonte: CGE (2013-2020), Execução provisória (2021), Proposta de OE 2022.

Após um diagnóstico apurado das necessidades de recrutamento de professores para esta década, desenvolvido no estudo promovido pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) e pela NOVA SBE, este é também o orçamento que marca o início de um trabalho sustentado de preparação do futuro, garantindo às escolas os profissionais necessários ao cumprimento da sua missão. Durante este ano, dar-se-á início à preparação das medidas que visarão a redução da precariedade e a estabilização da colocação de professores, a elaboração de um contrato-programa com as instituições de ensino superior para o incremento na formação inicial e no acompanhamento aos professores que, fruto de uma revisão do regime de habilitações, possam

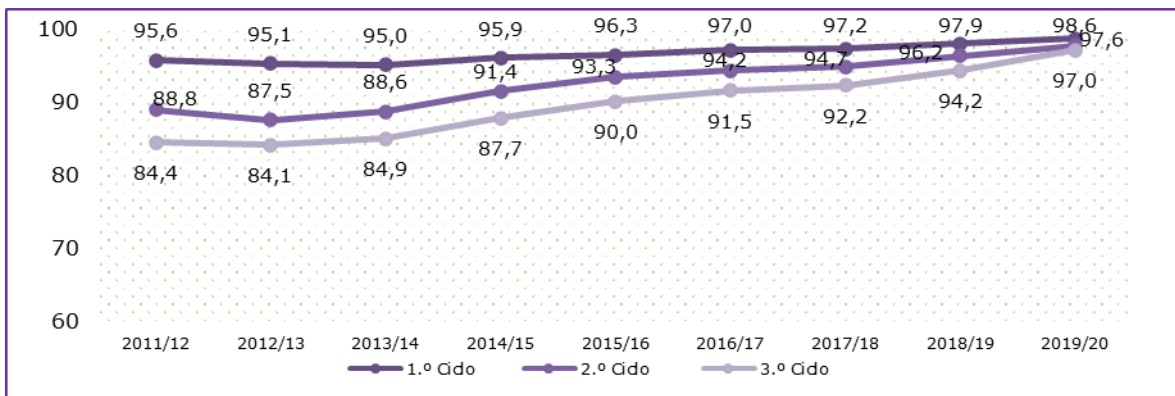
desenvolver a sua profissionalização durante o exercício de funções, de modo a que a carência de professores nunca signifique um retrocesso no caminho trilhado por Portugal na qualificação dos seus profissionais de educação tanto na componente científica quanto na componente pedagógica.

2. A continuidade de um percurso de reforma na educação

A política educativa desenvolvida nos últimos anos estruturou-se em torno de três eixos fundamentais – **sucesso, inclusão e cidadania**. Após uma brutal disrupção de um percurso consolidado, iniciado com a transição democrática de desenho de uma *escola para todos*, assente numa capacitação do sistema educativo para responder com substância e conteúdo a uma melhoria dos resultados, atestada internamente e na melhoria sustentada dos indicadores internacionais, foi importante retomar o trabalho, recusando uma escola em que a alegada meritocracia esmagava as desigualdades, em que a solução para os que mais dificuldades apresentavam era a dualização precoce, em que tudo se resumia a avaliar percursos finais independentemente das condições específicas e dos processos conducentes aos resultados.

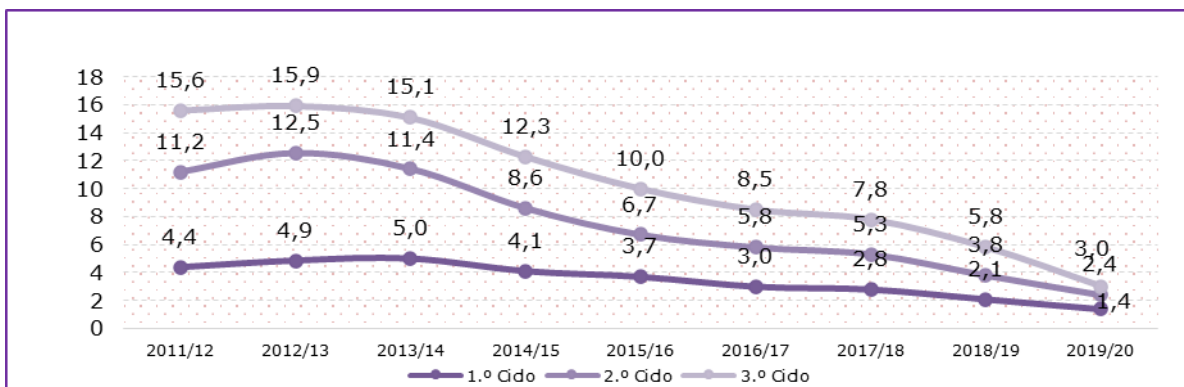
O trabalho desenvolvido através do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar permitiu inverter a tendência iniciada em 2012 de deterioração das taxas de sucesso que, a partir de 2015, passaram a crescer de forma sustentada no ensino básico, acelerando-se definitivamente a partir do ano letivo de 2015/2016, como ilustrado nos gráficos seguintes:

Gráfico 2 - Taxa de transição/conclusão, no ensino básico, em Portugal (2011/12 a 2019/20)



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em setembro de 2021.

Gráfico 3 - Taxa de retenção e desistência, por ciclo de estudos no ensino básico, em Portugal (2011/12 a 2019/20)

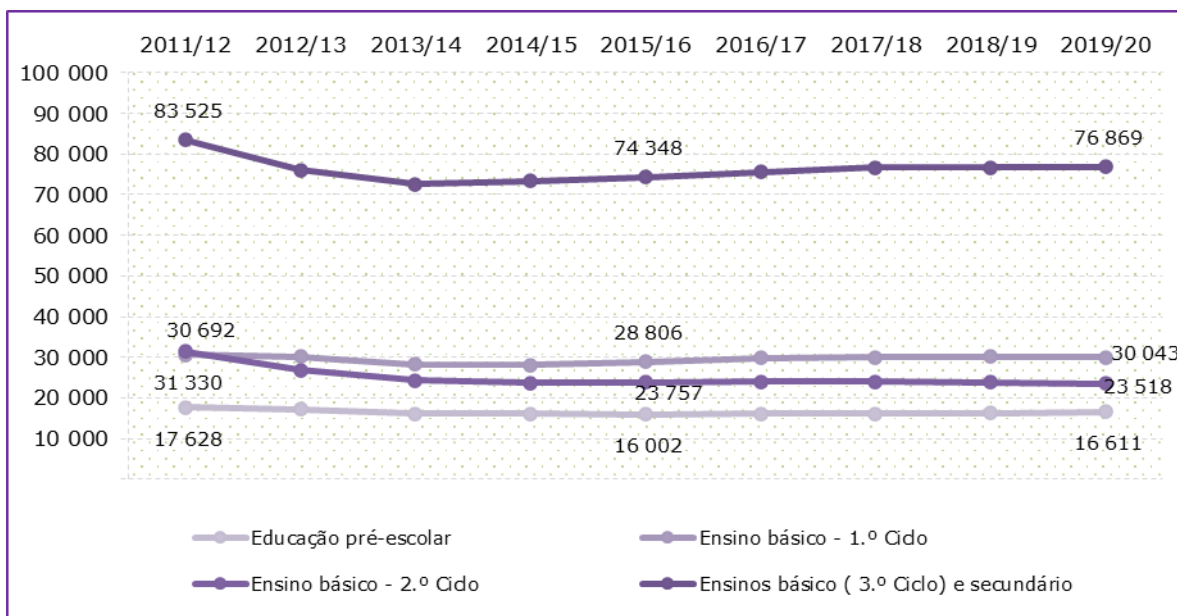


Fonte: DGEEC - Dados atualizados em setembro de 2021.

Apesar da evolução positiva dos indicadores de sucesso escolar, foi sempre entendimento do Governo que de nada vale uma melhoria das estatísticas se não traduzir uma efetiva melhoria das aprendizagens. Por isso, foi fundamental definir a palavra “sucesso”, num trabalho conducente ao *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* e à revisão das orientações curriculares para todas as disciplinas do currículo.

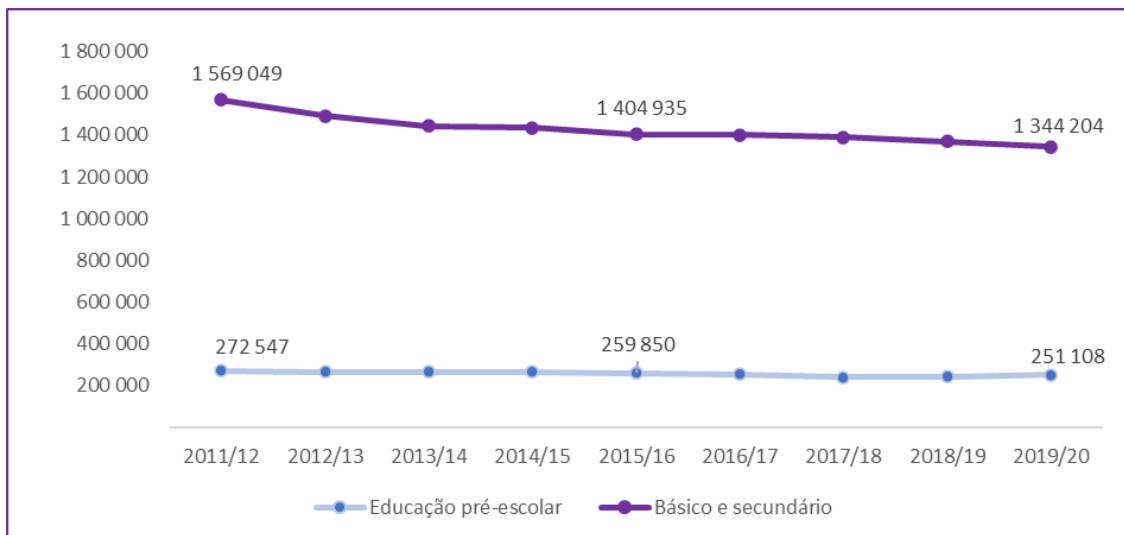
Ter sucesso significa ter conhecimento, capacidade de analisar, investigar, pensar criticamente, desenvolver sensibilidade estética e artística, avaliar, criar e trabalhar de forma autónoma e responsável. Para tanto, é necessário começar cedo, razão pela qual este Orçamento do Estado prevê a continuidade do investimento na educação pré-escolar, consolidando o aumento do número de salas disponíveis desde 2015. É também necessário mobilizar recursos e estratégias. A melhoria das aprendizagens tem sido conseguida através do investimento em recursos humanos, com um crescimento de 3519 docentes entre 2015/2016 e 2019/2020 no ensino básico e secundário, viabilizando e melhorando o trabalho com os alunos.

Gráfico 4 - Docentes em exercício de funções, por nível de ensino e ciclo de estudos, em Portugal (2011/12 a 2019/20)



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em setembro de 2021

Gráfico 5 - Crianças e alunos matriculados/inscritos em Portugal (2011/12 a 2019/20)



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em setembro de 2021

Não basta haver recursos humanos, é necessário garantir a sua atualização científica e pedagógica, cumprindo a missão de proporcionar a quem trabalha nas escolas formação gratuita e de qualidade. A confiança nos Centros de Formação das Associações de Escolas tem levado a que, nas mais variadas áreas, entre 2019 e 2021, fossem investidos mais de 27M€. Neste particular, merecem particular destaque:

- A formação no âmbito dos Planos de Capacitação Digital das Escolas, que ocorreu após a aplicação de um inquérito de diagnóstico a que responderam cerca de 90% dos docentes, decorre até julho de 2023, e para a qual o financiamento ascende a mais de 16M€, tendo já frequentado as ações 40230 docentes;
- O Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA), que se centra na qualidade do processo de avaliação das aprendizagens dos alunos, na sua relação intrínseca com a

qualidade do ensino e da aprendizagem. Foi desenhado em 2019, no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular (AFC), a partir dos desafios consagrados no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e, particularmente, na legislação sobre educação inclusiva. O Plano 21|23 Escola+ mobilizou o projeto, pondo-o, naturalmente, ao serviço da recuperação das aprendizagens. Até ao momento, participaram no projeto mais de 650 escolas, foram realizadas mais de 750 ações de formação, com a participação de 21920 docentes.

- Na continuidade da formação já feita em anos anteriores, a formação no âmbito da Educação Inclusiva será reforçada em 2022 com um programa específico com vista a capacitar docentes em práticas educativas para lidar com a diversidade, promover a equidade e a construção de ambientes de aprendizagem inclusivos. De igual modo, na linha do Estudo realizado pela OCDE - *Strength through Diversity* - será dada continuidade à realização de outros estudos que permitam uma monitorização contínua da qualidade do trabalho neste âmbito.

Desde 2018, as escolas têm ao seu dispor a liberdade para uma gestão mais livre do currículo e das estratégias para a melhoria das aprendizagens para todos. Esta gestão flexível assenta no princípio de que soluções padronizadas são cegas à diversidade e às necessidades específicas dos alunos e das comunidades concretas em que se desenvolvem.

De nada vale ter um currículo bem construído e bem gerido, com atualização científica e rigor, se este não chegar a todos os alunos, em particular aos que mais precisam da escola para aspirarem a um futuro melhor. A legislação desenvolvida para a escola inclusiva introduziu uma mudança de paradigma, com um passo ambicioso na construção de uma escola que se organiza em

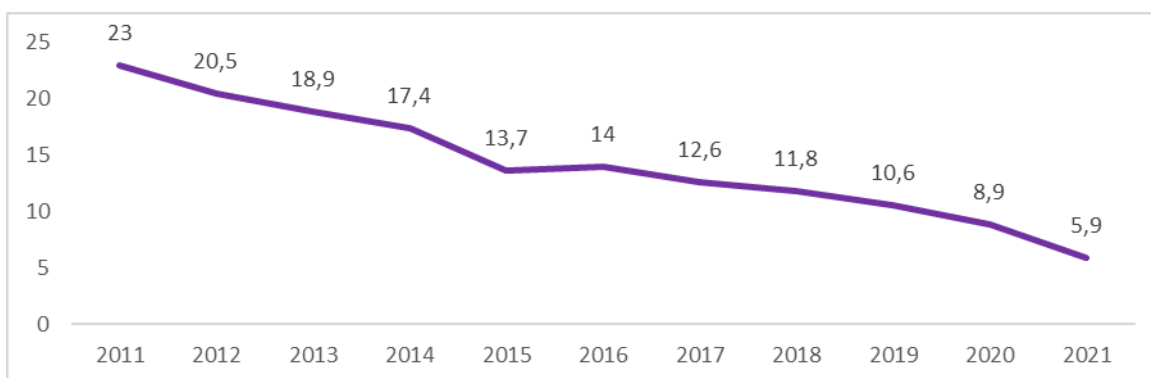
função das necessidades de cada um, que potencia a capacidade em detrimento da incapacidade, que valoriza a inclusão. Para este objetivo concorre o reforço de recursos humanos e materiais que as escolas têm recebido, ao nível do reforço de psicólogos, da revisão do rácio de assistentes operacionais em função do número de alunos com medidas adicionais, do reforço de técnicos especializados e docentes de educação especial, a par de estratégias específicas como o programa *Includ-Ed*, os avanços trazidos pela Estratégia Nacional de Integração das Comunidades Ciganas ou as recentes alterações introduzidas no funcionamento das atividades de ensino do Português Língua Não Materna.

O desafio recente colocado pela receção de mais de 3832 alunos ucranianos mostra que a escola pública nunca desiste de incluir, bem como a relevância da alteração referida ao ensino do PLNM. Este trabalho de inclusão alicerça-se nos dispositivos desenvolvidos para o acolhimento e integração de alunos refugiados, em particular dos menores não acompanhados, que chegam a Portugal.

Porque o sucesso só se alcança se a escola for um instrumento de inclusão, não deve ser descurado o papel desempenhado pela *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*, que tem sido instrumento de promoção de uma maior participação dos alunos, através da Voz dos Alunos, do Orçamento Participativo das Escolas e de uma constante relação estabelecida entre as aprendizagens curriculares e temas e desafios da contemporaneidade, como a resposta às alterações climáticas, o combate à violência no namoro, ao bullying e ao cyberbullying, ao racismo e a todas as formas de segregação e discriminação. O Plano Nacional de Leitura, o Plano Nacional das Artes, o Plano Nacional de Cinema e a Rede de Bibliotecas Escolares têm sido instrumentos

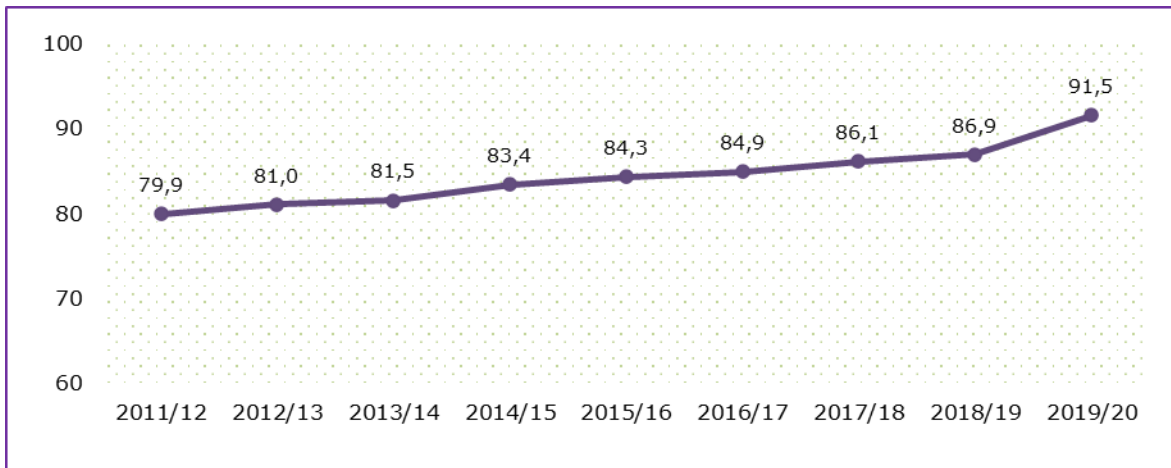
para a promoção de literacias mais aprofundadas, destacando-se aqui a relevância das estratégias de promoção da literacia de informação e dos media. O trabalho que se tem vindo a desenvolver, em dinâmicas de proximidade com as escolas, permite que cheguemos a 2022 com indicadores muito positivos no sistema educativo nacional, com uma redução da taxa de abandono escolar precoce para 5,9%, com um significativo aumento da taxa de conclusão do ensino secundário no tempo esperado e com uma melhoria bastante significativa das taxas de sucesso escolar.

Gráfico 6 - Taxa de abandono precoce de educação e formação entre 2011 e 2021.



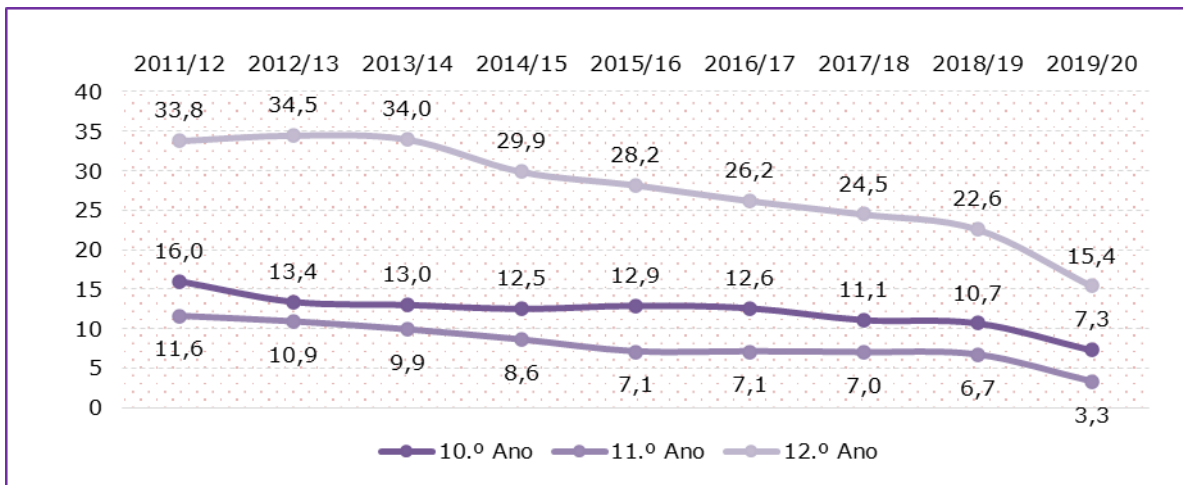
Fonte: INE.

Gráfico 7 - Taxa de transição/conclusão, no ensino secundário, em Portugal (2011/12 a 2019/20)



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em setembro de 2021

Gráfico 8 - Taxa de retenção e desistência no ensino secundário, por ano de escolaridade, em Portugal (2011/12 a 2019/20)



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em setembro de 2021

3. Combater as desigualdades, recuperar da pandemia

A escola pública, como já se referiu, esteve, desde a primeira hora, na linha da frente da resposta aos efeitos da pandemia, garantindo necessidades essenciais como a alimentação aos que só comem na escola e o acesso ao currículo para todos nas condições adversas que marcaram este período.

As aprendizagens foram impactadas pela pandemia e toda a ação deve beneficiar de monitorização e avaliação. O Ministério da Educação promoveu um Estudo Diagnóstico incidindo sobre literacia de leitura e de informação, literacia matemática e literacia científica no início de 2021 e realizou, amostralmente, Provas de Aferição no final do ano letivo de 2020-2021. Neste ano, ainda fortemente impactado pela pandemia, com alunos em isolamento e turmas confinadas, recolher-se-ão mais dados sistemáticos que permitirão a constante avaliação das prioridades a definir e das áreas estratégicas a priorizar. Para além dos resultados dos desempenhos dos alunos, está em curso um levantamento de dados sobre o seu bem-estar emocional, tendo em conta as evidências existentes de que um dos principais impactos da pandemia se manifesta a este nível.

É com base nas evidências existentes que o plano de recuperação das aprendizagens *21/23 Escola+*, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021, de 07 de julho de 2021, se estrutura para uma resposta aos efeitos da pandemia, centrada no combate às desigualdades, no reforço do apoio às escolas e na confiança existente na capacidade que as escolas têm para desenvolverem estratégias adequadas às suas necessidades concretas. Autonomia e confiança são palavras-chave deste plano, que confere às escolas uma flexibilidade sem precedentes para o desenho das melhores respostas

organizacionais e educativas, apostando-se ainda no dinamismo que o caráter inesperado e imprevisível do contexto que atravessamos impõe.

O *21/23 Escola+* oferece às escolas um conjunto diversificado de ações específicas que, entre medidas e recursos, mobiliza 900 milhões de euros para a recuperação das aprendizagens, numa estratégia plurianual articulada com o Plano de Recuperação e Resiliência, para que as ações de curto prazo se relacionem com medidas infraestruturais de preparação do futuro e de resposta estruturada aos desafios que se colocam ao sistema educativo.

O plano de recuperação das aprendizagens *21/23 Escola+* organiza-se nos seguintes eixos, domínios de atuação e ações específicas:

Tabela 1 – Plano de recuperação das aprendizagens 21 | 23 Escola+

Eixos	Domínios	Ações Específicas
Ensinar e Aprender	+Leitura e Escrita	Escola a Ler
		Ler – Conhecer, aprender e ensinar
		Diário de escritas
		Ler com mais livros
	+Autonomia Curricular	Gestão do ciclo
		Começar um ciclo
		Turmas dinâmicas
		Constituição de equipas educativas
		Avançar recuperando
		Aprender integrando
		Referenciais curriculares e para a avaliação
		Calendário Escolar
	+Recursos Educativos	Promover o sucesso escolar – 1.º ciclo e novos ciclos
		#EstudoEmCasaApoia
		Biblioteca Digital de Recursos Educativos e Formativos
		Recuperar com Matemática
		Recuperar experimentando
		Recuperar com Artes e Humanidades
		Recuperar incluindo
		Recuperar com o Digital
		Criar valor com o profissional
		A voz dos alunos
		OPE - inclui
+Família	Família mais perto	
	Voltar a estudar	
+Avaliação e Diagnóstico	Aferir, diagnosticar e intervir	
	Capacitar para avaliar	

	+Inclusão e bem-estar	Apoio tutorial específico
		Programa para competências sociais e emocionais
		Planos de Desenvolvimento Social, Pessoal e Comunitário
		Inclusão mais apoiada
		Português em imersão
		“O quarto período”
		Desporto Escolar - Comunidades
		Desporto Escolar sobre rodas
	+Território	TEIP – Fase 4
		E depois da escola?
Apoiar as Comunidades Educativas	+Equipas Qualificadas	Reforço dos Planos de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário
		Reforço das equipas disciplinares de apoio à educação inclusiva
		Rastreios visuais e auditivos
	+Formação	Começar cedo
		Formação para pessoal docente e não docente
	+Ensino Profissional	Equipar para aprender
		Orientar
	+Digital	Literacia Digital
		Livros e leituras digitais
		Recursos Educativos Digitais
Escola Digital		
Conhecer e Avaliar	+Dados	Construção de indicadores
		Monitorização
	+Informação	Partilhar eficácia
		Partilhar eficiência

O plano de recuperação das aprendizagens está em desenvolvimento com uma monitorização contínua da sua execução. O Orçamento do Estado de 2022 é o instrumento para a sua concretização, destacando-se o investimento feito nesta tarefa central de mitigação dos efeitos da pandemia.

Em primeiro lugar, é de destacar o reforço de recursos humanos para as escolas, através do aumento das horas de crédito para as escolas, que se traduz no reforço do apoio tutorial específico, nas atividades de coadjuvação e apoio direto a alunos, no reforço das horas de trabalho para as Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva e na alocação de 1058 (2020/2021) e 1168 (2021/2022) técnicos especializados, em diferentes áreas de acordo com as necessidades identificadas pelas escolas, para os Planos de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário.

A recuperação das aprendizagens envolve um investimento em programas diversificados, de que se destacam o apoio ao desenvolvimento de competências socioemocionais, com um programa já em curso em 207 escolas da rede pública, com reforço dos instrumentos de apoio à leitura, mediante a disponibilização de plataformas de rastreio de dificuldades de leitura e do reforço de livros para as bibliotecas escolares, que sustentam as atividades de leitura orientada em sala de aula.

Tabela 2 – Desenvolvimento de competências socioemocionais

Programa	N.º Escolas	Dotação
Competências Socioemocionais	207	2,0M€
Plataformas Ler+	551	1,5M€
Reforço de Livros	809	1,5M€

Aproveitando toda a experiência criada com o *#EstudoEmCasa* e a adesão dos alunos e das escolas à disponibilização online de recursos pedagógicos, foi criado no âmbito do Plano 21|23 Escola+ o site *#EstudoemCasa – Apoia* - <https://estudoemcasaapoia.dge.mec.pt/> - plataforma com recursos para as escolas, alunos e famílias onde se disponibilizam novos recursos digitais e uma área privada para alunos e professores.

4. Melhorar as aprendizagens, investir no futuro

O Plano de Recuperação e Resiliência é o principal instrumento de modernização e desenho do futuro do sistema educativo. O Orçamento do Estado para 2022 prevê o desenvolvimento das medidas que permitirão o

desenvolvimento da Escola Digital nas suas componentes: infraestrutura, conectividade, capacitação dos profissionais e recursos educativos.

Componente Digital:

A construção de uma Escola Digital agrupa um conjunto de recursos que permitirão transformar as práticas didáticas e pedagógicas das escolas. Pretende-se que o digital permita impulsionar a inovação pedagógica quer ao nível dos projetos que cada escola concetualiza quer ao nível das práticas de sala de aula. Assim, a continuidade da disponibilização de equipamentos, designadamente de computadores portáteis, permitirá transformar cada sala, cada aula numa sala com tecnologias de informação e comunicação.

Em 2022 continuará o investimento na formação de docentes no âmbito do digital, bem como o reforço dos equipamentos, designadamente:

Tabela 3 – Escola Digital – Investimentos

Projeto	Montante em 2022	Montante total
Expandir a conetividade à internet da Rede Alargada da Educação para 300Gbps;	6,15 M€	6,15 M€
Redimensionar a ligação das escolas à Rede Alargada da Educação para, pelo menos, 1Gbps;	43,05 M€	43,05 M€
Ampliar a Rede de Área Local das escolas;	56,58 M€	135,3 M€
Modernizar as salas de aula com a aquisição de novos equipamentos de projeção;	16,54 M€	33, 21 M€
Instalar 1300 Laboratórios de Educação Digital (LED);	12,915 M€	25,83 M€
Concluir a disponibilização de computadores às escolas para uso individual de alunos e docentes;	221, 4 M€	221, 4 M€
Adotar processos desmaterializados de elaboração, distribuição, aplicação, realização e classificação das provas de avaliação;	3,69 M€	14,76 M€
Garantir o acesso universal à utilização de recursos digitais para a monitorização da aptidão aeróbica, capacidade corporal e aptidão neuromuscular na disciplina de educação física e no desporto escolar;	1,23 M€	2,46 M€
Produzir e disponibilizar recursos e conteúdos educativos digitais de qualidade, generalizando a sua utilização a todas as escolas, alunos e	24,6 M€	98,4 M€

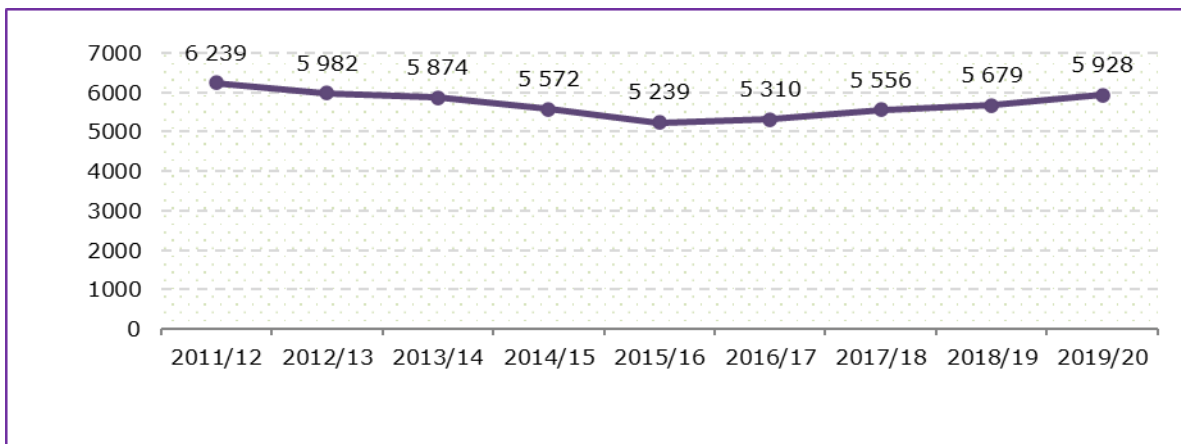
professores;		
Adotar um sistema único de identidade dos alunos, docentes e outros trabalhadores de apoio à gestão, articulado com o E360, para controlo e perfilagem de acesso à rede e aos sistemas de informação;	2,4 M€	2,4 M€
Dotar os AE/ENA dos meios de computação adequados às necessidades administrativas e de gestão;	7,38 M€	7,38 M€
Convergir e integrar os sistemas de informação de Gestão educativa e generalizar a utilização do sistema E360, tendo em vista o funcionamento mais eficiente e transparente do sistema educativo.	9,84 M€	24,6 M€
Total	405,835 M€	615 M€

Componente formativa:

De igual modo, no domínio das qualificações, o PRR permite a modernização do Ensino Profissional, adequando-o aos desafios da economia e o desenvolvimento de projetos locais para o desenvolvimento dos adultos com qualificações mais baixas.

A aposta no Ensino Profissional garante o cumprimento de uma escolaridade obrigatória que beneficia da diversidade de percursos, dando uma resposta mais eficaz às aspirações de todos os alunos. Nos últimos anos tem sido feito um investimento progressivo na qualificação da rede do ensino profissional, que se traduz num aumento sucessivo do número de turmas e ofertas, após a redução iniciada em 2012/2013.

Gráfico 9 - Número de turmas no ensino profissional - Continente (2011/12 a 2019/20)



Fonte: DGEEC - abril de 2022.

Para uma melhor convergência entre esta oferta educativa e as necessidades dos jovens e das empresas, tem-se desenvolvido um trabalho de adequação e concertação da rede, privilegiando o grau de relevância dos cursos face às necessidades dos territórios, a valorização dos critérios de desempenho dos cursos, a que se alia a certificação dos estabelecimentos que lecionam cursos profissionais de acordo com os padrões de qualidade EQAVET.

O Programa de Recuperação e Resiliência identifica áreas estratégicas de desenvolvimento da economia – a aposta na indústria, na informática, no digital e nas energias renováveis, criando condições para a instalação de 365 Centros Tecnológicos Especializados nestas áreas de formação nas escolas que lecionam ensino profissional. Pretende-se, ao longo do ano 2022, cumprir a meta de aprovação das primeiras 108 candidaturas, que corresponderão a uma efetiva infraestruturização das escolas e dos cursos, associada a uma oferta curricular inovadora, alicerçada em parcerias de relevo com as empresas e outras entidades como as unidades do sistema científico e tecnológico nacional.

5. Qualificar os adultos

A qualificação dos adultos corresponde a um desafio que envolve toda a sociedade portuguesa e que se revela da maior importância também para o sucesso escolar das gerações mais jovens, na medida em que quanto maior é a qualificação das famílias, melhor é o desempenho escolar dos alunos e das próprias instituições escolares.

Desde o início do Programa Qualifica, o número de inscrições, encaminhamentos e certificações tem vindo a crescer, demonstrando o dinamismo da generalidade dos Centros Qualifica, mesmo considerando os constrangimentos dos dois últimos anos, decorrentes da situação de pandemia.

De 2017 a 31 de março de 2022, os Centros Qualifica registaram 750.340 inscrições e o número acumulado de encaminhamentos chegou a 657.220, o que revela uma capacidade de resposta muito significativa na proposta de soluções de qualificação aos adultos inscritos.

As certificações obtidas são 892.656 e o número de indivíduos que obtiveram algum tipo de certificação (total ou parcial, escolar, profissional ou de dupla certificação), através da participação no Programa Qualifica, é de 356.657, o que significa que, em média, cada adulto está a obter duas certificações.

Desde o início da atividade dos Centros Qualifica, foram obtidas 103.473 certificações totais, que atribuíram uma escolaridade e/ou um nível de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ). Na sua maioria são certificações escolares (64.484), nomeadamente de nível secundário (44.268).

A atividade da rede de Centros Qualifica no mês de março de 2022, relativamente ao mês homólogo de 2021, é de mais 4.700 inscrições, mais

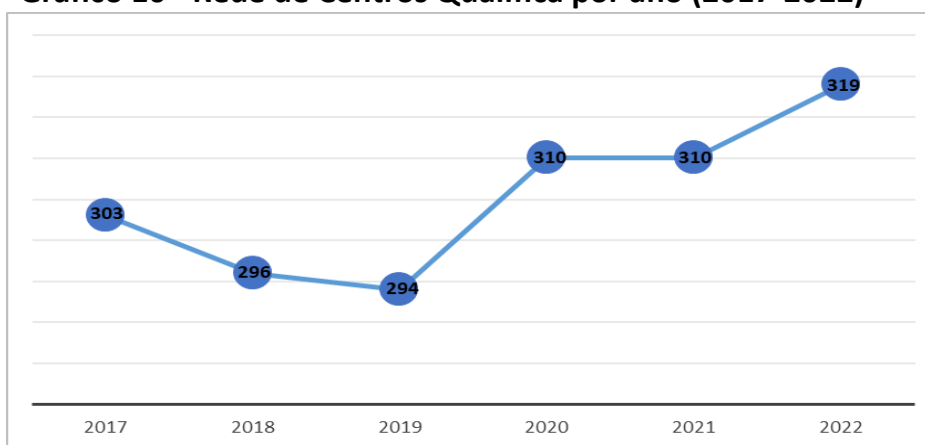
4.125 encaminhamentos e mais 4.134 certificações, o que é demonstrativo do dinamismo da rede de Centros.

Tabela 4 - Número de certificações totais por nível de qualificação (escolar, profissional e dupla), de janeiro de 2017 a março de 2022

NÍVEL DE CERTIFICAÇÃO		RVCC	Cursos EFA	CTC	DL 137	TOTAL
Escolar		49125	10923	1546	2890	64484
	1.º Ciclo	478	375	83		936
	2.º Ciclo	1804	1505	203		3512
	3.º Ciclo	15205	360	203		15768
	Secundário	31638	8683	1057	2890	44268
Profissional		15154	8431	1472		25057
	Nível 2	7200	2022	537		9759
	Nível 4	7954	6409	935		15298
Dupla Certificação		5893	7441	571	27	13932
	3.º Ciclo + Nível 2	1790	2467	137		4394
	Secundário + Nível 4	4103	4974	434	27	9538
Total		70172	26795	3589	2917	103473

Fonte: ANQEP e SIGO (31/03/2022)

Gráfico 10 - Rede de Centros Qualifica por ano (2017-2022)

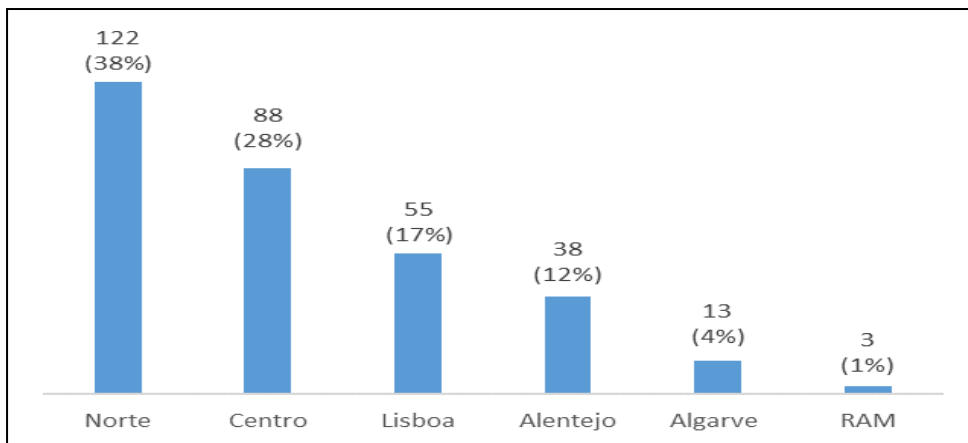


Fonte: ANQEP, 31 de março de 2022 (2017/2022)

O Programa Qualifica, em 2022, conta com uma rede de 319 Centros Qualifica, que integra a rede de Centros Qualifica existente e os 9 Centros Qualifica AP, criados para responder às necessidades de qualificação de trabalhadores que

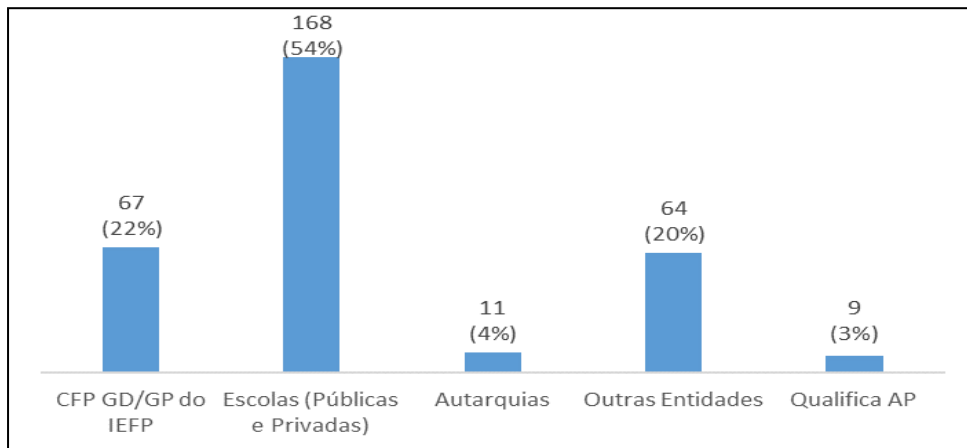
exercem funções públicas na Administração Central e Local. Os Centros Qualifica encontram-se localizados em todas as NUTS III do país, de modo a garantir a proximidade deste Programa à população portuguesa.

Gráfico 11 – N.º de Centros Qualifica por NUTS II em março de 2022



Fonte: ANQEP, 31 de março de 2022 (2017/2022)

Gráfico 12 – N.º de Centros Qualifica por Tipologia de Entidade Promotora



Notas: 1 – “Outras entidades” inclui empresas de formação, associações, entidades sem fins lucrativos, empresas privadas.

Fonte: ANQEP, 31 de março de 2022 (2017/2022)

6. Orçamento do Estado 2022. Dotações iniciais.

Educação - Políticas e Medidas

Orçamento do Estado - 2022

Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar (P012)

Conta do Programa Orçamental

Despesa por medidas do Programa

Despesa Inicial Consolidada por Áreas de Despesa - 2021 / 2022

Despesa Inicial Consolidada

1. Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário
 - 1.1. Ensino
 - 1.1.1. Educação Pré-Escolar
 - 1.1.2. Ensinos Básico e Secundário
 - 1.2. Ensino Particular e Cooperativo
 - 1.3. Difusão da Cultura e Ensino da Língua Portuguesa no Estrangeiro
2. Apoios externos no âmbito da Educação Inclusiva
3. Educação e Formação de Jovens
4. Educação e Formação de Adultos
5. Ação Social Escolar
6. Complementos Educativos
7. Juventude e Desporto
8. Administração e Serviços Tutelados
9. Reserva Orçamental

Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar (PO 12)
OE / 2022 - Conta do Programa Orçamental

(milhões de euros)

Classificador Económico	2021	2022 ^(*)	Variação (%)	Estrutura 2022 (%)
	Execução Provisória	Orçamento		
DESPESA				
Despesa Corrente	6 804,5	7 162,8	5,3	93,1
Despesas com o Pessoal (a)	5 302,0	5 146,8	-2,9	66,9
Aquisição de bens e serviços	214,0	291,7	36,3	3,8
Juros e outros encargos	15,4	10,4	-32,6	0,1
Transferências correntes (b)	926,5	1 357,3	46,5	17,6
Subsídios		0,0		0,0
Outras despesas correntes	346,5	356,5	2,9	4,6
Despesa de Capital	176,5	471,5	167,2	6,1
Investimento (c)	161,0	356,2	121,3	4,6
Transferências de capital (d)	1,8	106,0	n.r.	1,4
Outras despesas de capital (e)	13,7	9,2	-32,5	0,1
Diferenças de consolidação	1,6	0,0		0,0
Despesa Efetiva Consolidada	6 982,7	7 634,3	9,3	
Ativos Financeiros	23,7			
Passivos Financeiros	69,5	57,0	-18,1	0,7
Diferenças de consolidação de ativos e passivos				
Despesa Total Consolidada	7 075,9	7 691,2	8,7	100
Receita Total Consolidada	7 100,1	7 691,3	8,3	
Saldo Orçamental	24,2	0,1		

por Memória:

Despesa por Fonte de Financiamento consolidada	Orçamento 2022
Receitas de Impostos	6 274,0
Receitas Próprias	261,2
Fundos Europeus	896,1
Transferências entre entidades	260,0
Diferenças de Consolidação	

Extraído do "Relatório OE2022" do Ministério das Finanças.

(*) Em 2022 deixam de fazer parte da Orgânica do Ministério da Educação:

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e Desporto, Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., Agência Nacional Erasmus+Juventude / Desporto e Corpo de Solidariedade, Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto, Autoridade Antidopagem de Portugal e a Fundação do Desporto.

- (a) No âmbito da Descentralização de Competências, em 2022 a verba destinada a suportar os encargos com o pessoal não docente é transferida para as Autarquias Locais.
- (b) Em 2022 reafectação de Despesas com o pessoal não docente e de Outras Despesas Correntes do Programa Orçamental para Transferências Correntes no âmbito da Descentralização de Competências. Inclui ainda verbas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).
- (c) Intervenções em projetos financiados pelo PRR (Universalização da Escola Digital, Transição Digital na Educação através da melhoria da qualidade da Internet nas escolas, novos equipamentos de projeção e dos Laboratórios de Educação Digital (LED) e aquisição de novos meios de computação para os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas).
- (d) Montantes a transferir para entidades de formação, com vista à modernização da oferta dos estabelecimentos de ensino e formação profissional, no âmbito do PRR.
- (e) Em 2022 reafectação das Outras Despesas de Capital do Programa Orçamental para Transferências de Capital no âmbito da Descentralização de Competências.

Despesa Inicial Consolidada por Áreas de Despesa 2021 - 2022

Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar (PO 12)
OE / 2022 - Despesa Inicial Consolidada por Áreas de Despesa

(euros)

Áreas de Despesa	2 0 2 1			2 0 2 2 ^(*)			Variação 2022 / 2021 %		
	Orçamento de:		T O T A L	Orçamento de:		T O T A L	ORÇ. de ATIV.	ORÇ. de PROJ.	TOTAL
	ATIVIDADES	PROJETOS		ATIVIDADES	PROJETOS				
1. Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário	5 585 543 139	174 728 811	5 760 271 950	5 642 341 301	602 537 100	6 244 878 401	1,0	244,8	8,4
1.1. Ensino ^(a)	5 462 665 903	173 122 104	5 635 788 007	5 503 059 628	601 317 100	6 104 376 728	0,7	247,3	8,3
1.1.1. Educação Pré-Escolar	736 259 667		736 259 667	764 232 855		764 232 855	3,8		3,8
1.1.2. Ensinos Básico e Secundário	4 726 406 236	173 122 104	4 899 528 340	4 738 826 773	601 317 100	5 340 143 873	0,3	247,3	9,0
1.2. Ensino Particular e Cooperativo ^{(a)/(b)}	97 289 997		97 289 997	104 521 023		104 521 023	7,4		7,4
1.3. Difusão da Cultura e Ensino da Língua Portuguesa no Estrangeiro	25 587 239	1 606 707	27 193 946	34 760 650	1 220 000	35 980 650	35,9	-24,1	32,3
2. Apoios Externos no âmbito da Educação Inclusiva	300 366 747		300 366 747	304 544 633		304 544 633	1,4		1,4
3. Educação e Formação de Jovens	408 627 240		408 627 240	512 173 110		512 173 110	25,3		25,3
4. Educação e Formação de Adultos	61 674 053		61 674 053	61 620 557	161 200 000	222 820 557	-0,1		261,3
5. Ação Social Escolar	253 467 561		253 467 561	263 656 162		263 656 162	4,0		4,0
6. Complementos Educativos	32 015 212		32 015 212	32 483 015		32 483 015	1,5		1,5
7. Juventude e Desporto	72 656 158	7 980 959	80 637 117	0	0	0			
8. Administração e Serviços Tutelados	111 079 573		111 079 573	104 181 440		104 181 440	-6,2		-6,2
9. Reserva Orçamental	9 007 534		9 007 534	6 507 889		6 507 889	-27,8		-27,8
Despesa total consolidada	6 834 437 217	182 709 770	7 017 146 987	6 927 508 107	763 737 100	7 691 245 207	1,4	318,0	9,6

(*) Em 2022 deixam de fazer parte da Orgânica do Ministério da Educação:
Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e Desporto, Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.,
Agência Nacional Erasmus+ Juventude / Desporto e Corpo de Solidariedade, Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto,
Autoridade Antidopagem de Portugal e a Fundação do Desporto.

(a) As verbas consignadas ao Ensino Profissional estão consideradas no ponto 3. "Educação e Formação de Jovens".

(b) As verbas para o apoio social, consignadas ao Ensino Particular e Cooperativo estão inscritas no ponto 5. "Ação Social Escolar".

1.1.1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Despesa total consolidada

	(euros)		VARIAÇÃO %
	2 0 2 1	2 0 2 2	
Orçamento de Atividades			
Despesa total consolidada	736 259 667	764 232 855	3,8

Despesa total consolidada por componente

	(euros)
	2 0 2 2
Orçamento de Atividades	
Rede Pública	630 496 425
Componente Educativa e Atividades de Animação e Apoio às Famílias	
Rede Solidária ^(a)	129 000 000
Instituições Particulares de Solidariedade Social / IPSS	
Componente Educativa	
Rede Privada	4 736 430
Estabelecimentos Particulares e Cooperativos	
Contratos de Desenvolvimento e Contratos Programa	
Despesa total consolidada	764 232 855

^(a) Verba a transferir para as IPSS em resultado das candidaturas apresentadas ao apoio financeiro à Educação Pré-Escolar.

1.1.2. ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO

Despesa total consolidada

	(euros)		VARIAÇÃO %
	2 0 2 1	2 0 2 2	
Orçamento de Atividades	4 726 406 236	4 738 826 773	0,3
Orçamento de Projetos (a)	173 122 104	601 317 100	247,3
Despesa total consolidada	4 899 528 340	5 340 143 873	9,0

Despesa total consolidada por componente

	(euros)
	2 0 2 2
Orçamento de Atividades	4 738 826 773
Ensinos Básico e Secundário	4 637 536 242
- 1.º Ciclo do Ensino Básico	1 023 915 775
- 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Secundário	3 613 620 467
Gratuidade dos Manuais Escolares (Ensinos Básico e Secundário)	54 644 199
Serviços de Psicologia e Orientação	29 900 000
Rede das Bibliotecas Escolares e Plano Nacional de Leitura	1 481 411
Serviços de Tecnologia para as Escolas	6 613 905
Modernização das Escolas com Ensino Secundário (b)	8 651 016
Orçamento de Projetos (*)	601 317 100
Despesa total consolidada	5 340 143 873

NOTA: Os encargos com o Ensino Profissional estão considerados no ponto 3. "Educação e Formação de Jovens".

(*) Inclui a Universalização da Escola Digital.

(a) Em 2022 inclui: 437.430.000€ relativos ao Plano de Recuperação e Resiliência e 17.844.120€ relativos ao REACT.

(b) Verba respeitante ao orçamento da Parque Escolar, E.P.E..

1.2. ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO (*)

Despesa total consolidada

	(euros)		VARIAÇÃO
	2 0 2 1	2 0 2 2	%
Orçamento de Atividades			
Despesa total consolidada	97 289 997	104 521 023	7,4

(*) Engloba as dotações dos Contratos de Associação, Contratos Simples e Contratos de Patrocínio.

As verbas consignadas ao Ensino Profissional Privado estão consideradas no ponto 3. "Educação e Formação de Jovens".

As verbas para o apoio social, consignadas ao Ensino Particular e Cooperativo estão inscritas no ponto 5. "Ação Social Escolar".



1.3. DIFUSÃO DA CULTURA E DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO ESTRANGEIRO

Despesa total consolidada

	(euros)		VARIAÇÃO %
	2 0 2 1	2 0 2 2	
Orçamento de Atividades (a)	25 587 239	34 760 650	35,9
Orçamento de Projetos	1 606 707	1 220 000	-24,1
Despesa total consolidada	27 193 946	35 980 650	32,3

Despesa total consolidada por componente

	(euros)
	2 0 2 2
Orçamento de Atividades	34 760 650
Ensino da Língua Portuguesa no Estrangeiro	2 950 000
Cooperação para o Desenvolvimento	31 810 650
- Escolas Portuguesas no Estrangeiro (b)	2 080 613
- Subsídio ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa / IILP	46 500
- Escola Portuguesa de Moçambique	6 351 900
- Escola Portuguesa de Díli - CELP - Ruy Cinatti	3 107 600
- Professores contratados para leccionar nos Centros de Aprendizagem e Formação Escolar em Timor-Leste	5 983 000
- Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe - CELP	2 374 269
- Escola Portuguesa de Cabo Verde - CELP	3 614 175
- Escola Portuguesa de Luanda - CELP (c)	8 252 593
Orçamento de Projetos	1 220 000
Cooperação para o Desenvolvimento	
- Escola Portuguesa de Cabo Verde - CELP (d)	1 220 000
Despesa total consolidada	35 980 650

(a) Em 2022 inclui a Receita Própria da nova Unidade Orgânica (Escola Portuguesa de Luanda - CELP).

(b) Inclui subsídios para a Associação Escola Portuguesa da Guiné-Bissau e para a Fundação Escola Portuguesa de Macau. Inclui verbas para a implementação do projeto da Escola Portuguesa de São Paulo.

(c) Unidade Orgânica integrada em 2022 no perímetro da Administração Central.

(d) Projeto de construção e equipamento da Escola.



2. APOIOS EXTERNOS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Despesa total consolidada

	(euros)		VARIAÇÃO %
	2 0 2 1	2 0 2 2	
Orçamento de Atividades			
Despesa total consolidada	300 366 747	304 544 633	1,4

Ensino

- Cooperativas de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas
- Associação Portuguesa de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais
- Escolas Particulares
- Associações e Cooperativas
- Instituições Particulares de Solidariedade Social / IPSS
- Outras instituições
- Outros Apoios

Apoios à Educação Inclusiva

- Agência Europeia para o Desenvolvimento da Educação em Necessidades Especiais (AEDENE)
- Adaptação e transcrição de manuais escolares em braille
- Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio à Educação Inclusiva
- Acompanhamento e monitorização das medidas de política para a Educação Inclusiva
- Outros apoios à Educação Inclusiva



3. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE JOVENS ^(*)

Despesa total consolidada

	(euros)		VARIAÇÃO %
	2 0 2 1	2 0 2 2	
Orçamento de Atividades			
Despesa total consolidada	408 627 240	512 173 110	25,3

Despesa total consolidada por componente

	(euros)
	2 0 2 2
Orçamento de Atividades	
Ensino Público	455 955 660
Cursos de Dupla Certificação	
Ensino Particular	56 217 450
Cursos de Dupla Certificação	
Despesa total consolidada	512 173 110

^(*) Não inclui a despesa com cursos de ensino profissional de dupla certificação, promovidos por escolas profissionais privadas, financiados pelo Programa Operacional do Capital Humano.

Não inclui a despesa com Cursos de Educação e Formação para jovens financiados pelo Programa Operacional do Capital Humano.



4. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS (*)

Despesa total consolidada

	(euros)		VARIAÇÃO %
	2 0 2 1	2 0 2 2	
Orçamento de Atividades	61 674 053	61 620 557	-0,1
Orçamento de Projetos (a)	0	161 200 000	
Despesa total consolidada	61 674 053	222 820 557	261,3

Orçamento de Atividades

Catálogo Nacional de Qualificações
Validação e Certificação de Competências (RVCC)
Centros Qualifica,
Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA),
Educação e Formação Profissional de Dupla Certificação,
Produção e Gestão da Informação e do Conhecimento.
Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos - PIAAC

Orçamento de Projetos

Centros Qualifica,
Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA),

(*) Não inclui a despesa com Cursos de Educação e Formação para Adultos financiados pelo Programa Operacional do Capital Humano.

(a) Em 2022 verba respeitante ao Plano de Recuperação e Resiliência.



5. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR ^(*)

Despesa total consolidada

	(euros)		VARIAÇÃO %
	2 0 2 1	2 0 2 2	
Orçamento de Atividades			
Despesa total consolidada	253 467 561	263 656 162	4,0

Despesa total consolidada por componente

	(euros)
	2 0 2 2
Orçamento de Atividades	
Alimentação e Nutrição	152 777 793
- Leite Escolar	14 071 126
- Refeitórios Escolares	138 706 667
Ensino Público	136 976 667
Ensino Particular	1 730 000
Residências para Estudantes	1 144 537
Apoio Sócio-Económico	54 218 832
Ensino Público	52 408 832
Ensino Particular	1 810 000
Bolsas a Alunos do Ensino Secundário	51 805 000
- Bolsas de Mérito	23 905 000
- Bolsas de Estudo	27 900 000
Seguro Escolar e Indemnizações por Acidentes Escolares	3 710 000
Despesa total consolidada	263 656 162

(*) Não inclui a despesa com a distribuição de computadores e conectividade a alunos beneficiários de Ação Social Escolar, no âmbito da medida "Universalização da Escola Digital".

(a) A partir de abril/2022, no âmbito do artigo 76º n.º2 do Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei 56/2020 de 12 de agosto no artigo 2.º, todas as competências em matéria de Educação previstas no Decreto-Lei 21/2019 consideram-se transferidas para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.

6. COMPLEMENTOS EDUCATIVOS

Despesa total consolidada

	(euros)		
	2 0 2 1	2 0 2 2	VARIAÇÃO %
Orçamento de Atividades			
Despesa total consolidada	32 015 212	32 483 015	1,5

Despesa total consolidada por componente

	(euros)	
	2 0 2 2	
Orçamento de Atividades		
Projetos cofinanciados pela EU	9 118 716	
Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do Ensino Básico (a)	21 500 000	
Cooperação Multilateral e Bilateral e Assuntos Comunitários	981 870	
Conselho Científico-Pedagógico de Formação Científica	214 901	
AMEC-Associação de Música Educação e Cultura	490 050	
Ar.CO Centro de Arte & Comunicação Visual	25 000	
Protocolo Apav	20 000	
Plano Nacional das Artes e outros Programas de Educação Artística	132 478	
Despesa total consolidada	32 483 015	

(a) Inclui apenas as seguintes Entidades Promotoras: Autarquias Locais, IPSS e Associações de Pais. (Os encargos das Escolas Públicas como Entidades Promotoras estão considerados no ponto 1.1.2. "Ensinos Básico e Secundário").



7. JUVENTUDE E DESPORTO (*)

Despesa total consolidada

	(euros)		
	2 0 2 1	2 0 2 2	VARIAÇÃO %
Orçamento de Atividades	72 656 158	0	
Orçamento de Projetos	7 980 959	0	
Despesa total consolidada	80 637 117	0	

Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.
Agência Nacional Erasmus+Juventude / Desporto e Corpo de Solidariedade
Fundação do Desporto
Autoridade para Prevenção e Combate à Violência no Desporto
Autoridade Antidopagem de Portugal

(*) Em 2022 as Entidades do Desporto e Juventude deixam de fazer parte da Orgânica do Ministério da Educação.

8. ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS TUTELADOS ^(*)

Despesa total consolidada

	(euros)		VARIAÇÃO
	2 0 2 1	2 0 2 2	%
Orçamento de Atividades			
Despesa total consolidada	111 079 573	104 181 440	-6,2

(*) Em 2022 deixam de fazer parte da Orgânica do Ministério da Educação: Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e Desporto, Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto e a Autoridade Antidopagem de Portugal.



9. RESERVA ORÇAMENTAL ^(*) (a)

	(euros)		
	2 0 2 1	2 0 2 2	VARIAÇÃO %
Orçamento de Atividades			
Financiamento Nacional			
Receitas de Impostos ^(b)	305 387	728	-99,8
Receitas Próprias	8 588 501	6 346 936	-26,1
Transferências no Âmbito das AP	113 646	160 225	41,0
Total da Dotação	9 007 534	6 507 889	-27,8

(*) O valor da Reserva Orçamental respeita ao valor que incide sobre os Orçamentos dos Serviços Integrados, Serviços e Fundos Autónomos e Entidades Públicas Reclassificadas.

(a) Em 2022 deixam de fazer parte da Orgânica do Ministério da Educação: Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e Desporto, Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto, Autoridade Antidopagem de Portugal, Agência Nacional Erasmus+Juventude / Desporto e Corpo de Solidariedade e a Fundação do Desporto.

(b) Em sede de preparação do OE, de acordo com a proposta apresentada pelo Ministério das Finanças à Assembleia da República a Reserva Orçamental relativa a Receitas de Impostos foi afeta ao Orçamento dos Estabelecimentos de Educação e Ensino Básico e Secundário.

